

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****Nº MP 08.2022.00071344-5****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Claudemar Ferreira Alves, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0012295-90.2022.8.12.0001, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 09 de fevereiro de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO  
Promotora de Justiça

**Nº MP 08.2021.00191265-4****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Jonatas de Oliveira Sanches quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0034257-09.2021.8.12.0001, em que consta como vítima JONATAS DE OLIVEIRA SANCHES, conforme se transcreve: “Assim, diante de todo o exposto, o Ministério Público Estadual requer o ARQUIVAMENTO do presente feito, tendo em vista a falta de justa causa para o oferecimento da denúncia.”

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2024.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI  
Promotora de Justiça

**EDITAL N. 0001/2024/32PJ/CGR**

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000070-2

REQUERENTE: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS

ASSUNTO: *Apurar falta dos medicamentos quimioterápicos utilizados pelo Serviço de Oncologia no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.*

Campo Grande, MS, 08 de fevereiro de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA  
32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0005240-54.2023.8.12.0001, em que constam como investigado A Apurar e vítima Eduardo José dos Santos Barros, conforme se transcreve: “compulsando os autos, verifica-se não haver elementos suficientes para sustentar uma ação penal, haja vista que na certidão de fls. 142, a vítima, José de Assis Camargo Júnior, manifestou seu desejo de não querer representar criminalmente contra o autor dos fatos, motivo pelo qual o prosseguimento e a continuidade das investigações restaram prejudicadas, tendo em vista que o desejo de manifestação da vítima é causa primordial para o prosseguimento do processo no delito de estelionato”.

Campo Grande/MS 15 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI  
Promotor de Justiça

---

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

---

### AMAMBAI

---

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001823-84.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) Genilson Ribeiro e vítima (s) A. M., conforme se transcreve: "promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude de ausência de legitimidade passiva, requerendo também que seja declarada extinta a punibilidade do investigado Genilson Ribeiro, em razão da decadência, nos moldes do art. 107, inciso IV (primeira figura) c.c o art. 115 e art. 109, inciso V, todos do Código Penal".

Amambai (MS), 15 de fevereiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000019-47.2024.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) V. S. e A. G. e vítima (s) J. B., conforme se transcreve: "promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude de falta de justa causa para a promoção da ação penal, com ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 15 de fevereiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

---

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>2</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>3</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotoria do Juizado Especial Adjunto de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos n. 0800065-37.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) Maria Aparecida Colman<sup>5</sup> e vítima (s) Renivaldo Vieira dos Santos e Sebastião Augusto do Nascimento, conforme se transcreve: "Diante do exposto, ante a falta de interesse da vítima e consequentemente a ausência de representação, que é condição de procedibilidade da ação penal, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do presente feito".

Finalidade: A cientificação da vítima, Sebastião Augusto do Nascimento

Amambai (MS), 09 de fevereiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

---

**BONITO****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00012161-2****EDITAL N.º 0001/2024/01PJ/BTO**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00012161-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 2020-9324. Os autos podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00012161-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Acompanhar os fatos reportados na Notícia de Fato nº 01.2023.00005862-4, para fins de análise de adoção de outras providências.

Bonito, 07 de fevereiro de 2024

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

---

**DOURADOS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0900162-51.2023.8.12.0002 (nº SAJ/MP 08.2023.00019347-3), em que constam como investigado Elinio Machado e como vítima Willian Paulo Morales Velasque, conforme se transcreve: "o Ministério Público Estadual requer o arquivamento deste inquérito policial dada a atipicidade da conduta referente ao artefato, bem como à inexistência de representação criminal no tocante à contravenção de vias de fato".

Dourados-MS, 09 de fevereiro de 2024.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES

Promotor de Justiça

---

<sup>4</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>5</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

<sup>6</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**EDITAL Nº 0001/2024/08PJ/DOS**

A 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00001365-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Objeto: acompanhar a execução do Projeto "MP-Social" durante o ano de 2024.

Dourados, 06 de fevereiro de 2024.

**JULIANO ALBUQUERQUE**

Promotor de Justiça

**RICARDO ROTUNNO**

Promotor de Justiça

**LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL**

Promotor de Justiça

**EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE**

Promotor de Justiça

**PONTA PORÃ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0001999-52.2022.8.12.0019 e SAJMP nº 08.2022.00080446-5, em que constam como investigado Alexis Gregório Morales<sup>8</sup> e vítima Armindo Fernandes Coelho, conforme se transcreve: “Ademais, da apuração complementar dos fatos, não se constata a existência de novas fontes de provas úteis ou diligências aptas a solver a carência de elementos probatórios, restando ausentes provas suficientes para a persecução penal, impondo-se o arquivamento do caderno inquisitorial, uma vez que o suspeito negou os fatos, bem como, que as testemunhas foram unânimes em dizer que não viram a sua ocorrência. Diante do exposto, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO dos autos, nos moldes acima delimitados, aplicando-se o artigo 18 do Código de Processo Penal. ”.

Ponta Porã/MS, 12 de fevereiro de 2024.

**ANDREA DE SOUZA RESENDE**

Promotora de Justiça

---

<sup>7</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>8</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**SIDROLÂNDIA**

---

**NUMERO DO MP: 08.2024.00020009-5,****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado(a/s) Clemente Valnei da decisão de arquivamento do inquérito policial autos nº 0900743-34.2023.8.12.0045, conforme se transcreve: promovo o arquivamento ante à presença de escusa absolutória.

2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 09 de fevereiro de 2024.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

---

<sup>9</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”